

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 072/14/IE

PROCESSO: 41/2011
INTERESSADO: Abengoa Bioenergia Agroindústria Ltda. - Unidade São Luiz
ASSUNTO: Ampliação de parque industrial e expansão do cultivo de cana de açúcar para incremento da produção de etanol, açúcar e energia elétrica
MUNICÍPIO: Pirassununga

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico 072/14/IE, elaborado pelo Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos, para subsidiar o licenciamento ambiental prévio da ampliação industrial e expansão das áreas de plantio de cana de açúcar da Abengoa Bioenergia Agroindústria Ltda. - Unidade São Luiz, localizada no município de Pirassununga.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O parque industrial do empreendimento está instalado no imóvel rural denominado Fazenda São Luiz, zona rural do município de Pirassununga, inserido na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI 9 (Mogi Guaçu), e as áreas agrícolas estão distribuídas nas bacias dos rios Mogi Guaçu e Pardo – UGRHIs 9 e 4, respectivamente.

O empreendimento tem como objetivo aumentar a capacidade de moagem de cana-de-açúcar de 3.200.000 t/safra para 4.000.000 t/safra, com aumento da produção de açúcar de 265.000 t para 331.250 t por safra, a produção de etanol de 84.000 m³ para 105.000 m³ por safra, e a cogeração de energia elétrica de 45,70 MW para 57,13 MW. A área abrangida pelo empreendimento compreende os municípios de Aguaí, Casa Branca, Mococa, Pirassununga, Porto Ferreira, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa do Viterbo, São José do Rio Pardo, São Simão e Tambaú.

As áreas agrícolas necessárias para produção da matéria-prima serão arrendadas e de fornecedores, totalizando 55.012 ha.

3. COMPATIBILIDADE LEGAL

Foram apresentadas as certidões de uso e ocupação do solo e manifestações favoráveis das Prefeituras Municipais, em atendimento aos artigos 5º e 10 da Resolução CONAMA 237/97.

4. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A avaliação dos principais impactos foi realizada considerando a Resolução SMA 88/2008, que define as diretrizes técnicas para o licenciamento de empreendimentos do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo. Foram analisados os principais impactos e medidas mitigadoras, conforme segue:

•Expectativa da População Quanto à Ampliação do Empreendimento

De acordo com a pesquisa de percepção apresentada, foram mencionados como principais aspectos negativos a poluição provocada pelas queimadas, desmatamento, problemas de saúde em decorrência da poluição, odor de vinhaça, migração de população e sobrecarga dos equipamentos municipais. Para a Licença de Instalação, será apresentado um Programa de Comunicação e Participação Social detalhado, contemplando esclarecimentos à população sobre as medidas ambientais adotadas para mitigação dos problemas apontados na Pesquisa de Percepção Ambiental.

•Impactos Gerados no Canteiro de Obras

As obras de ampliação do parque industrial serão realizadas em um período de 4 anos, prevendo a instalação de novos equipamentos nos setores de tratamento e concentração de caldo,

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 072/14/IE

cozimento e secagem de açúcar e de fermentação e resfriamento. Para a emissão da Licença de Operação deverá ser apresentado relatório do Programa de Gestão Ambiental e de Controle das Obras, contemplando o gerenciamento de resíduos da construção civil e recuperação das áreas afetadas pelas obras.

•Geração de Empregos e Impactos Relacionados à Mão de Obra

Após a ampliação está prevista para a operação do empreendimento uma demanda de 1.501 funcionários durante a safra e 1.437 durante a entressafra, havendo diminuição no quadro geral de funcionários em relação à situação atual. Deverá ser apresentado para a LI um Programa de Treinamento e Capacitação de Mão de Obra Local para capacitar e priorizar a contratação da mão de obra da região.

•Impactos sobre a Infraestrutura e Equipamentos Municipais

Para minimizar eventuais impactos da mão de obra do empreendimento sobre a infraestrutura municipal como a saúde e educação, deverá ser priorizada a contratação de mão de obra local. Para a LI, o empreendedor deverá apresentar um Programa de Reforço da Infraestrutura Municipal a ser implementado em parceria com as Prefeituras Municipais.

•Aumento do Tráfego de Veículos

São realizadas 470 viagens por dia para o transporte de produtos acabados, matéria prima, subprodutos, dentre outros, e com a ampliação do empreendimento, estima-se um aumento para 572 viagens diárias. Para mitigação dos impactos decorrentes do aumento do tráfego de veículos sobre o sistema viário, deverá ser implementado um Programa de Controle de Tráfego de Veículos e Conservação das Estradas, prevendo termos de cooperação firmados com as Prefeituras Municipais para conservação de estradas vicinais.

•Interferências no Patrimônio Arqueológico

O Relatório do Diagnóstico Arqueológico realizado no parque industrial e nas áreas de plantio de expansão foi aprovado pelo IPHAN. Para a emissão da LI, deverá ser apresentado um Programa de Prospecções Arqueológicas e de Educação Patrimonial para a área de influência do empreendimento.

•Intervenções em Remanescentes de Vegetação Nativa e em Áreas de Preservação Permanente (APPs)

Os fragmentos de vegetação nativa na AID são de Savana, Floresta Estacional Semidecidual e áreas de contato entre as duas formações. Os fragmentos encontram-se isolados, com presença de cipós em áreas de borda e com sinais de degradação antrópica. Desta forma, para a LI deverão ser apresentados Programas de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente, de Implantação de Corredores Ecológicos e de Conservação e Manejo da Vegetação Nativa Remanescente.

•Impactos sobre Unidades de Conservação

Na AID do empreendimento está inserido o Parque Estadual de Porto Ferreira. De acordo com a Fundação Florestal, não há óbices à continuidade do licenciamento ambiental do empreendimento, desde que atendidas condicionantes ambientais.

•Impactos sobre Comunidades Faunísticas

Foram identificadas 11 espécies da fauna ameaçadas de extinção na AID. A ocupação do solo, com aumento das atividades operacionais no campo e da circulação de trabalhadores rurais e de veículos e máquinas poderá promover alterações nos recursos naturais disponíveis e na segurança da fauna. Para a LI, o empreendedor deverá apresentar um Programa de Conservação e Monitoramento Sazonal da Fauna, e um Programa de Treinamento Ambiental para motoristas, trabalhadores e proprietários rurais, visando minimizar impactos associados ao atropelamento, caça, pesca e degradação de áreas naturais.

•Impactos sobre a Disponibilidade Hídrica

A demanda hídrica industrial será de 474,6 m³/h, a ser atendida por meio de captação superficial no Rio Mogi Guaçu e captação subterrânea no Aquífero Tubarão. De acordo com o EIA, será atendido o limite de 1 m³/t de cana processada estabelecido pela Resolução SMA 88/08 para

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 072/14/IE

áreas classificadas como *Adequadas*. Para a LI deverão ser avaliadas medidas para redução de consumo e captação de água e deverá ser apresentado um Programa de Monitoramento de Qualidade das Águas Superficiais.

•Alteração da Qualidade do Ar Decorrente da Queima do Bagaço na Caldeira

A usina possui 2 caldeiras, com capacidades nominais de 250 tvh cada, não estando previstas alterações no sistema de cogeração. O estudo de dispersão indicou que as emissões de material particulado ultrapassarão os padrões de qualidade do ar estabelecidos pela Resolução CONAMA 03/90 e pelo Decreto 59.113/13. Para a LI deverá ser comprovada a realização de melhorias no sistema de controle de poluição e para a LO deverão ser apresentados resultados de amostragem em chaminé e um novo estudo de dispersão para comprovar o atendimento aos padrões legais vigentes.

•Desencadeamento de Processos Erosivos Devido ao Cultivo de Cana-de-Açúcar

Os procedimentos de conservação do solo propostos pela usina, para prevenção e controle de processos erosivos são adequados. Para a LI, o empreendedor deverá apresentar o detalhamento do Programa de Conservação do Solo, com a identificação de processos erosivos eventualmente já instalados em áreas da AID para posterior correção e monitoramento. Para a LO, deverá ser apresentado relatório consolidado do Programa, comprovando as medidas adotadas pela usina para recuperação e conservação dos solos.

•Geração de Resíduos Sólidos

Na fase de operação, o resíduo sólido de maior representatividade será o bagaço da cana de açúcar, que será queimado nas caldeiras e utilizado na cogeração de energia. Para a LI, deverá ser apresentado o detalhamento do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de acordo com a legislação vigente.

•Geração de Efluentes Líquidos

Os efluentes domésticos gerados serão encaminhados para um sistema de fossa séptica com capacidade para atender a demanda futura. Quanto à geração de efluentes industriais, estima-se um aumento de 668.160 m³/safra para 1.290.240 m³/safra de águas residuárias e de 933.120 m³/safra para 1.203.840 m³/safra de vinhaça. A vinhaça juntamente com as águas residuárias será aplicada na lavoura. Para a LI deverá ser apresentado projeto de sistema de tratamento das águas residuárias provenientes de locais de manuseio de óleos e graxas e outros produtos químicos.

•Risco de Acidentes Devido ao Armazenamento de Combustíveis

A usina armazena etanol em 17 tanques, sendo 6 com capacidade para armazenar 1.000 m³, 4 com capacidade de 2.000 m³, um de 3.000 m³, 2 com capacidade de 5.000 m³ e 3 com capacidade de 10.000 m³, totalizando uma capacidade de armazenamento de 57.000 m³, não estando prevista a ampliação do parque de tancagem. O etanol, classificado como líquido inflamável, é uma substância de interesse da Norma CETESB P4.261/03, porém a usina situa-se distante de núcleos urbanos, sendo suficiente a implantação de um Programa de Gerenciamento de Risco – PGR.

•Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrentes da Aplicação da Vinhaça na Lavoura de Cana de Açúcar

Após a ampliação serão gerados 1.203.840 m³/safra de vinhaça que, aplicados à taxa média de 78 m³/ha, serão distribuídos em 15.434 ha – representando 42% da área agrícola futura. Durante a operação do empreendimento deverão ser apresentados relatórios anuais do Plano de Aplicação de Vinhaça e do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas.

•Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrentes da Utilização de Agrotóxicos

Segundo o EIA, a usina adota ações de controle biológico de pragas, práticas culturais como a rotação de culturas e técnicas e práticas ambientalmente adequadas de uso e aplicação de

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 072/14/IE

agrotóxicos. Para a LI, deverá ser apresentado um Programa de Minimização de Uso de Agrotóxicos.

5.PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Caberá à Câmara de Compensação Ambiental da SMA definir a destinação e a forma de pagamento dos recursos da compensação previstos na Lei 9985/2000, sendo a apresentação do comprovante de pagamento pelo empreendedor e a assinatura de um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, conforme estabelecido no Decreto Estadual n. 60.070 de 15/01/2014, condicionantes à emissão da LI. Para a LO deverá ser apresentado relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando a realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento.

6. CONCLUSÃO

Em função do exposto, a equipe do Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos entende que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que atendidas as medidas propostas no EIA e as exigências do Parecer Técnico 072/14/IE. Nestes termos, submete este Parecer Técnico ao CONSEMA para apreciação e deliberação sobre a viabilidade ambiental da Ampliação Industrial e Agrícola da Abengoa Bioenergia Agroindústria Ltda. – Unidade São Luiz, localizada no município de Pirassununga.

São Paulo, 14 de março de 2014.

(Original Devidamente Assinado)

Ana Cristina Pasini da Costa

Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental
Diretora